

OES pag. 03

## O caminho da autoridade

Nem sempre a noite tudo encobre; às vezes, induz a revelações. As que o sr. Saulo Ramos, consultor-geral da República, teria feito em recepção em Brasília, a rigor não contém nada de novo. Afinal, todos sabem que os ministros militares não morrem de amores pela possibilidade de eleições gerais em 1988, temendo que o clima eleitoral acabe por exacerbar ânimos já tensos pela inflação sem controle. Isso foi cantado em muita prosa por chefes militares de responsabilidade, a tal ponto que se imaginou possível a repetição da *novembrada* de 1955, quando o rito parlamentarista foi aplicado, com o rigor que os tanques sóem dar às teses jurídicas esdrúxulas, em sistema presidencialista.

Se não é novo o que o auxiliar direto do presidente disse, é curioso especular em torno das razões que o levaram a fazer inconfidência dessa natureza, se é que fez. Desmentidos são coisas correntes e até mesmo necessárias na vida dos homens públicos. As informações de importância são transmitidas com sutileza e, depois de publicadas, desmentidas. Seu autor fica bem com todo mundo, e o efeito desejado foi produzido. Assim sendo, desmentidos à parte, dr. Saulo só teria tido interesse em que se soubesse que existem ministros militares que jogam na cartada dos cinco anos, pela simples e boa razão de que existem riscos de que nos próximos 40 ou 60 dias as oposições reunidas consigam derrotar a situação e impor ao presidente Sarney o mandato de quatro anos. Como dissemos em outro comentário, a manobra de flanco do Planalto, associada àquela dos governadores, logrou êxito bastante para que os ministros militares não tivessem de atacar frontalmente na defesa do presidencialismo dos cinco anos. Na medida em que será difícil repetir a dose de sedução, e considerando que a classe política já chegou ao fun-

do do poço — como disse o senador José Richa —, o importante agora é não criar condições que tornem inevitável o recurso ao assalto frontal. Portanto, valha mais uma vez o dito romano às avessas: produzam as palavras os efeitos necessários, e não os fatos.

A questão que está em jogo, pesando bem as palavras, não é a do mandato do presidente José Sarney. Ninguém negará que para s.exa., e para aqueles a quem o poder já inebriou, um ano a mais em Brasília é extremamente sedutor. Para o processo de institucionalização da democracia, contudo, quatro ou cinco anos seria questão menor, não fossem as condições históricas. São elas que tornam *necessárias* as eleições gerais já — necessárias pela simples e boa razão de que o governo Sarney não apenas está sem prestígio, como igualmente sem autoridade. Assim sendo, por maiores transtornos que a eleição pudesse trazer — e cremos já haver demonstrado que tanto fará realizá-las agora, como no ano que vem, pois os efeitos temidos serão os mesmos —, ela teria o condão de restabelecer a legitimidade que falta à presidência e, mais do que a ela, ao Legislativo, hoje mergulhado no mais profundo descrédito. Restabelecida a legitimidade — e com ela a esperança —, os militares veriam que a separação entre a Nação e o Estado, hoje ainda marcante, desapareceria, e que eles poderiam dedicar-se tranquilamente a seus afazeres profissionais, não tendo de mandar recados a cada votação da Assembléia Nacional Constituinte, de lei complementar ou de lei ordinária.

Existe um único caminho aberto ao presidente José Sarney para recuperar sua autoridade desgastada e, por via dela, a legitimidade de seu mandato: não temer realizar as reformas econômico-financeiras, e mesmo fiscais, que se fazem mister para impedir a

crise final do Tesouro e com ela a do Estado brasileiro. A determinação de realizar o plano de contenção do déficit público deverá esbarrar em sérias resistências: superá-las, impondo a autoridade do Estado (sem o recurso vão à violência repressiva), será a demonstração que falta para que se *acredite* — não era Ortega quem dizia que a legitimidade é uma questão religiosa? — na capacidade de o presidente Sarney governar. Não será tarefa simples, muito pelo contrário. Contra o plano de austeridade estarão quantos brandem a lei e os princípios gerais do Direito quando os favorecem; a oligarquia, a burocracia estatal de uma maneira geral, os governadores de estado (que continuarão reclamando financiamentos, repasses de verbas e auxílios para os bancos estatais), e sobretudo os militares. Ora, vencendo essas resistências — a começar pela daqueles que querem os cinco anos, vale dizer a continuação de uma situação de clara percepção de que o sistema é ilegítimo quanto aos meios —, o presidente Sarney terá imposto sua autoridade e ganhará condições para governar e até mesmo convencer os recalcitrantes de que os cinco anos são necessários.

Se, pelo contrário, s. exa. pretender *empurrar a situação com a barriga* — como diziam seus colegas de partido e de governo na república que hoje faz questão de esquecer —, chegará ao dia de decisão da Constituinte sem ter apresentado credenciais para reivindicar os cinco anos. A menos que considere que os processos empregados para obter os resultados da última terça-feira, afóra as pressões militares que se exerceram sem dúvida alguma, são meios legítimos de reconquistar a legitimidade perdida. Se s. exa. pensar assim, só restará orar ao Senhor — e cabe esperar que não seja, como no Velho Testamento, ao Senhor dos Exércitos.